



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Processo n.º: 3.848/2015-e.

Origem: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Assunto: Auditoria de Regularidade.

Ementa: Auditoria de Regularidade tendo por escopo avaliar a aquisição, armazenamento e dispensação de órteses, próteses e materiais especiais pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal no período de 2011 a 2015. Relatório Prévio de Auditoria. Despacho Singular n.º 356/2015-CGIM: Encaminhamento da versão prévia do Relatório de Auditoria de Regularidade aos gestores da SES/DF para conhecimento e manifestação aos achados, bem como às sociedades empresárias indicadas na tabela constante do parágrafo 98 do Relatório de Auditoria n.º 1.0008.15/2015 em relação ao Achado 3, no que lhes pertine. Ausência de manifestação da Pasta de Estado e encaminhamento de considerações pelas empresas contratadas. Relatório Final de Auditoria. Manutenção dos achados apontados na versão prévia. Posterior ingresso de pedido de dilação de prazo formulado pela SES/DF. Cota aditiva de Secretário pugnando pela prejudicialidade do pedido de dilação em face do alerta contido no Despacho Singular n.º 356/2015-CGIM. Despacho Singular n.º 521/2015-GCIM: Audiência do Ministério Público. Ingresso de pedido de cópia formulado pela sociedade empresária Biotronik Comercial Médica Ltda., inclusive de peças não analisadas pelo Plenário. Análise do pedido de cópias. Despacho Singular n.º 548/15-GCIM: Concessão parcial. Decisão n.º 6.048/2015: Expedição de determinações e recomendações à SES/DF, prazo de 90 (noventa) dias à jurisdicionada para apresentar o Plano de Ação, audiência dos responsáveis para apresentarem suas razões de justificativa em autos apartados, determinação à CGDF para instauração de TCE e recomendações à Seplag/DF e ao NFTI/TCDF. Pedido de dilação de prazo. Despacho Singular n.º 263/2016-GCIM: Concessão de prorrogação de prazo à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF para que dê efetivo cumprimento ao deliberado pelo TCDF no item VI da Decisão n.º 6.048/2015. **Nesta fase:** Exame dos documentos encaminhados pela SES/DF. Unidade instrutiva considera atendidos os itens “VI” e “VIII” da Decisão n.º 6.048/2015 e não atendidos os itens “IV.a”, “IV.b”, “IV.c”, “IV.d”, “IV.f”, “IV.j”, “IV.k”, “IV.l”, “IV.m” e “IV.n” da Decisão n.º 6.048/2015, pugnando por determinações e reiteração à SES/DF, com emissão de alertas. Requerimento dos autos pelo CCQA/TCDF. Despacho Singular n.º 467/2016-GCIM: Concessão de cópia integral dos autos à empresa Biotronik Comercial Médica Ltda. Ingresso de pedido de cópia formulado pela Sra. Tyara Kropf Barbosa (Presidente da TCE). Despacho Singular n.º 468/2016-GCIM: Concessão das cópias, com posterior remessa ao MP para os fins escoimados no Despacho Singular n.º 423/2016-GCIM. Ministério Público converge parcialmente com o corpo instrutivo, opinando pela audiência do titular da SES/DF em razão do não cumprimento de determinações do item IV da Decisão n.º 6.048/2015, pelo desentranhamento do Processo n.º 12.165/2015-e. Despacho Singular n.º 514/2016-GCIM: Concessão de vista dos autos para extração de cópia à empresa Boston Scientific do Brasil Ltda. e esclarecimento à sociedade empresária quanto à retirada do feito da pauta da sessão plenária do dia 27.10.2016. Juntada aos autos do Ofício n.º 503/2016-DECAP da PCDF, informando a instauração de inquérito policial para apurar possíveis ilícitos penais no âmbito da SES/DF, tendo por base a auditoria em tela.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Pedido de sustentação oral formulado pelo representante legal da empresa Boston Scientific do Brasil Ltda., com fulcro na Emenda Regimental n.º 21, de 04.09.2007. Decisão n.º 5.802/2016: Adiamento da discussão da matéria, com a devolução dos autos ao Gabinete do Relator. VOTO parcialmente convergente com os órgãos instrutivo e ministerial. Ter por atendidos os itens VI e VIII da Decisão n.º 6.048/2015 e não cumpridas as diligências insertas no item IV do mesmo *decisum*; reiteração de diligências não-cumpridas, com alerta aos gestores quanto à possibilidade de aplicação de multa no caso de não-atendimento; determinação ao titular da Corregedoria da Saúde da SES/DF; desentranhamento do Processo n.º 12.165/2015-e para exame específico das questões suscitadas pelo *Parquet* especial; determinação à Seacomp/TCDF para que realize o monitoramento das medidas adotadas para dar fiel cumprimento ao item IX da Decisão n.º 6.048/2015 e autorização para realização de monitoramento quanto aos demais itens pela Seaud/TCDF; envio de cópia dos Ofícios n.ºs 83/2014-CF e 317/2016-MPC/PG à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal; envio de cópia dos pareceres, do voto e da decisão a ser proferida à SES/DF e à Corregedoria da Saúde; e retorno dos autos à unidade instrutiva, para as providências de sua alçada.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria de Regularidade realizada para avaliar a regularidade da aquisição, armazenamento e dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs) no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em cumprimento ao Plano de Ação para 2015, conforme determinado na Decisão n.º 5.476/2012.

Cabe lembrar que o **Relatório Final de Auditoria** (e-DOC B0C9C8DA-e) apontou, em suma, a existência das seguintes irregularidades:

1. Ausência de justificativa que demonstre adequação entre o consumo estimado e a quantidade de OPMEs a serem adquiridas e falhas nos procedimentos de especificação das OPMEs;
2. Aquisições de OPMEs desvinculadas do consumo estimado e irregularidades na entrega de materiais;
3. Frustração e fraude do caráter competitivo de procedimentos licitatórios;
4. Não instauração de procedimentos administrativos em face de licitantes que não honram suas propostas;
5. Improriedades nas pesquisas de preços de OPMEs;
6. Irregularidades na adesão à ata de registro de preços nº 002/2013 – Contrato nº 001/2013-SES/DF;
7. Não faturamento de despesas com OPMEs;
8. Falhas na armazenagem e no controle de estoque, ausência de rastreabilidade e impossibilidade de identificação dos usuários de OPMEs¹⁰⁰;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

9. Distribuição das OPMEs não observa a legislação;
10. Concentração de funções nos Coordenadores de especialidade;
11. Deficiência na gestão governamental quanto à política de fornecimento de OPMEs;

Em razão disso, na Sessão Ordinária n.º 4.834, de 15.12.2015, a Corte de Contas prolatou a **Decisão n.º 6.048/2015** (e-DOC 0BCFDF62-e), de seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do expediente da empresa Boston Scientific do Brasil Ltda. (peça 58; eDOC 4BE3F5F8-c); b) do expediente da empresa Biotronick Comercial Médica (peça 59; eDOC D99ESE44-c); c) do expediente da empresa St. Jude Medical Brasil Ltda. (peça 60; eDOC D4ACD890-c); d) da Matriz Final de Achados de Auditoria (peça 63; e-DOC D48BE2ACe); e) do Relatório Final de Auditoria n.º 1000815/2015-DIAUD2 (peça 61; e-DOC B0C9C8DAe); f) da Informação n.º 47/2015 – Seaud/Diaud2 (peça 62; e-DOC BFE027BB-e); g) do Ofício n.º 2.276/2015-SES/DF, contemplando pedido de prorrogação de prazo para manifestação acerca da versão prévia do relatório de auditoria, encaminhada mediante Despacho Singular n.º 356/2015-CGIM (peça 64; e-DOC8BE4C931-c); h) do Parecer n.º 1.105/2015-MF (peça 75; e-DOC 5482AE35-e); II – esclarecer à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que a manifestação de interesse da jurisdicionada na versão prévia de relatório de auditoria não contempla a possibilidade de peticionamento de dilação de prazo, em face de a disposição normativa aplicável à espécie asseverar ser improrrogável o prazo inicialmente concedido; III – autorizar a desapensação do Processo n.º 8.580/2015-e dos autos em exame, em decorrência dos fatos consignados na Representação n.º 4/2015-MF não haverem integrado os trabalhos de auditoria e achados do Relatório Final de Auditoria n.º 1000815/2015- DIAUD2, com posterior remessa ao relator daqueles autos, para apreciação da proposta do Ministério Público junto à Corte no que pertine a eventual expedição de determinação à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, objetivando a instauração de tomada de contas especial para apurar as irregularidades e o possível sobrepreço apontados na Representação n.º 4/2015-MF; IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) exija que, na fase de elaboração do Termo de Referência, a unidade responsável se manifeste expressamente acerca da adequação entre o quantitativo demandado e o consumo estimado de OPMEs, nos termos do art. 15, § 7º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993, de modo a possibilitar um satisfatório planejamento das aquisições (Achado 1); b) abstenha-se de executar atas de registro de preços sem a observância do art. 15, § 7º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993 (Achado 2); c) adote medidas para monitorar os prazos de validade das OPMEs em estoque, de modo a evitar o vencimento dos produtos e, conseqüentemente, dano ao erário, em especial, daqueles produtos que se encontram com quantitativos excessivos (Achado 2); d) instaure procedimento administrativo com a finalidade de apurar os fatos descritos no Achado 3 do relatório de auditoria,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

com estrita observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo em vista a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87, c/c o art. 88, incisos II e III, da Lei Federal n.º 8.666/1993, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, das providências adotadas (Achado 3); e) promova, doravante, a instauração de processos administrativos em face de empresas que incorrerem nas práticas previstas no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, alertando os pregoeiros e suas equipes de apoio, bem como os gestores responsáveis pela homologação de procedimentos licitatórios, que a ausência injustificada de providências nesse sentido configura infração aos deveres previstos no art. 180, incisos V, VII e VIII da Lei Complementar Distrital n.º 840/2011 (Achado 4); f) avalie a adequação técnica do material adquirido por meio do Contrato n.º 001/2013, examinando se os produtos atendem às necessidades da SES/DF, sem pôr em risco a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde, dando destinação aos materiais (Achado 6); g) realize, imediatamente, inventário de todas as OPMEs acondicionadas em Centro Cirúrgicos de hospitais, para fins de ajustes no sistema Alphasinc e retorno dos referidos produtos à Farmácia Hospitalar, permanecendo no Centro Cirúrgico apenas o estritamente necessário, mediante implementação de mecanismos de controle dos materiais, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, das providências adotadas (Achado 8); h) exija que os pareceres técnicos emitidos nos processos de aquisição de OPMEs sejam devidamente fundamentados pelos profissionais, em consonância com os princípios da motivação dos atos administrativos, publicidade e transparência (Achado 10); i) faça constar dos editais de licitação critérios objetivos, detalhadamente especificados, de apresentação e avaliação de amostras, bem como de julgamento técnico, em consonância com o art. 40, inciso VII, da Lei n.º 8.666/1993 e com o Acórdão n.º 2077/2011-Plenário TCU (Achado 10); j) institua procedimentos de controle regular e periódico de utilização e de fornecimento de OPMEs que permitam ao coordenador responsável o conhecimento prévio das demandas e que assegurem aquisições em quantitativos adequados (Achado 11); k) saneie as deficiências de confiabilidade e fidedignidade do Alphasinc, de modo que as informações acerca do consumo estimado de materiais espelhem a real necessidade da SES/DF (Achado 11); l) elabore planejamento periódico para orientar as aquisições de OPMEs, levando em conta a série histórica de consumo, a evolução tecnológica, a demanda reprimida e as OPMEs adquiridas a partir de ordens judiciais (Achado 11); m) promova a adequação dos sistemas de TI de modo a permitir maior controle de OPMEs, aumentando sua funcionalidade e integração, por meio de medidas como o acompanhamento da distribuição de OPMEs até o usuário final; o controle do prazo de validade de OPMEs; a manutenção de registro de OPMEs inutilizadas em procedimentos cirúrgicos, dentre outros (Achado 11); n) regulamente procedimentos e defina competências para que as OPMEs adquiridas por meio de judicialização sejam efetivamente utilizadas nos pacientes demandantes, de modo a evitar a estocagem desses materiais nos hospitais da Rede Pública, promovendo a redistribuição e apuração de responsabilidades em caso de não utilização do produto (Achado 11); V – recomendar à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) institua comissão multidisciplinar permanente, de caráter deliberativo, nos moldes do art. 3º da Portaria SAS/MS n.º 403/2015, para garantir maior controle técnico na definição e padronização das especificações de OPMEs constantes do Alphasinc, bem como assegurar parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e maior eficiência na aquisição desses materiais (Achado 1); b) insira na Portaria SES n.º 178/2014 dispositivo que obrigue a inclusão, nos autos dos processos de aquisição de OPMEs, de documentos que comprovem a adequação do tipo e do quantitativo de materiais a serem adquiridos com a efetiva demanda e consumo estimado (Achado 1); c) reveja a Portaria SES n.º 178/2014 no sentido de: i) exigir que, para fins de execução de ARPs, a unidade responsável manifeste-se expressamente acerca da adequação entre o quantitativo demandado e o consumo estimado de OPMEs, nos termos do art. 15, § 7º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993, de modo a possibilitar um satisfatório planejamento dos estoques (Achado 2), ii) fazer constar, na execução de atas de registro de preços que tratem de OPMEs de tamanhos variados, a completa especificação do produto a ser adquirido, em especial no tocante à numeração do material, não deixando a critério da empresa a definição dos quantitativos de cada tamanho a ser entregue (Achado 2); d) reavalie a sistemática de elaboração de lotes para aquisição de OPME, de modo a ampliar a competição nos certames licitatórios (Achado 3); e) mantenha registro, por meio de banco de dados ou planilhas eletrônicas, das empresas que reiteradamente não honram suas propostas, a fim de orientar a atuação dos gestores e pregoeiros da SES/DF (Achado 4); f) elabore normativo próprio que regule a metodologia de definição do valor de referência das OPMEs a serem adquiridas, observados os ditames da Lei Federal n.º 8.666/1993, dos normativos distritais vigentes e das Decisões TCDF nºs 2245/2014, 1475/2015 e 1623/2015 (Achado 5); g) reveja a Portaria SES n.º 178/2014 no sentido de incluir sistemática de cadastramento no Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária – Notivisa, das eventuais falhas técnicas em OPMEs adquiridas pela Secretaria (Achado 6); h) promova a integração das informações constantes dos sistemas de TI utilizados pela Secretaria, em especial, no tocante ao Alphasinc e ao Trakcare, visando otimizar o controle da utilização e o faturamento das OPMEs e viabilizar maior disponibilização de recursos para a saúde do Distrito Federal (Achado 7); i) capacite os servidores que atuam no faturamento, de modo a evitar que erros operacionais impeçam o repasse de recursos pelo Ministério da Saúde (Achado 7); j) avalie a possibilidade de remanejamento de servidores para os Núcleos de Processamento de Dados – NUPROC, de modo a incrementar o faturamento das despesas com OPMEs (Achado 7); k) implemente e monitore indicadores que permitam a mensuração da eficácia no faturamento das despesas com OPMEs (Achado 7); l) mantenha atualizados os registros das unidades hospitalares da Rede Pública no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, habilitando-as para todas as cirurgias que utilizem OPMEs (Achado 7); m) institua formalmente rotina obrigatória por meio da qual os profissionais de saúde envolvidos na realização do procedimento de implantação de OPMEs registrem, em documento próprio (registro



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

cirúrgico), no prontuário do paciente e no sistema informatizado, todas as informações sobre as OPMEs utilizadas, em especial: código SES, lote, especificação do produto, quantidade utilizada, nome do fornecedor, descrição pormenorizada do procedimento realizado, nome e categoria profissional dos responsáveis, de modo a permitir a rastreabilidade dos materiais e orientar o faturamento dos procedimentos executados, avaliando a pertinência de incluir a imagem do material após a implantação, nos moldes da Portaria SAS/MS n.º 403/2015 (Achado 8); n) institua formalmente modelo de termo circunstanciado, de preenchimento obrigatório pelos profissionais de saúde responsáveis por procedimentos em que se faça uso de OPMEs, para os casos de OPMEs danificadas ou não utilizadas durante o ato cirúrgico, fazendo constar os motivos que ensejaram a danificação ou não utilização do respectivo material, a exemplo do que consta da Portaria SAS/MS n.º 403/15, que adota procedimento análogo nos hospitais federais (Achado 8); o) providencie alterações no sistema informatizado Alphalinc, de modo que o controle da distribuição das OPMEs somente seja encerrado quando de sua efetiva utilização, com registro do nome e código do usuário (Achado 8); p) oriente os responsáveis pela Farmácia Central (GEAFAR) a se absterem de determinar às farmácias hospitalares especificações e quantidades de OPMEs a serem demandadas, limitando-se a informar a disponibilidade de material e encaminhar os produtos solicitados, nos termos do art. 12 da Portaria SES n.º 178/2014 (Achado 9); q) reveja os termos da Portaria SES n.º 85/2003, no sentido de estabelecer competências específicas para os Coordenadores de Especialidade Médica, e da Portaria SES n.º 178/2014, de modo a evitar a concentração de funções nas diversas fases do processo de aquisição de OPMEs, implementando procedimentos de controle interno (Achado 10); r) oriente a Coordenação de Neurocirurgia para que, por meio de um colegiado de especialistas, estabeleça protocolos clínicos com o objetivo de estabelecer fluxos, diretrizes e prioridades na implantação de neuroestimuladores aos usuários (Achado 11); s) avalie a inclusão, na Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde, regulamentada pela Portaria Conjunta n.º 1/2013, das demandas de OPMEs não padronizadas, com o intuito de evitar ações judiciais ou propor soluções àquelas em trâmite (Achado 11); VI – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, elabore e encaminhe ao Tribunal plano de ação, conforme modelo de fls. 158/162 apresentado como Anexo do Relatório Final de Auditoria n.º 1000815/2015-DIAUD2 (peça 61; e-DOC B0C9C8DA-e), para implementação das recomendações constantes das alíneas a, b, c, f, h, i, j, k, l, m, n, o, q, r e s do item V retro, contendo cronograma completo de ações, bem como a sequência de procedimentos que serão executados, constando o prazo e a unidade ou setor responsável pela implementação; VII – com fundamento no art. 182, § 5º, da RI/TCDF, em autos apartados, chamar em audiência para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem suas razões de justificativa pelas irregularidades apuradas na auditoria de regularidade, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II da Lei Complementar n.º 01/1994 (Achados 1, 2, 4 e 6), os responsáveis indicados nos seguintes quadros/tabelas, do Relatório de Auditoria:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

a) 07-B (§ 61): *impropriedade relativa à aprovação de Termo de Referência com ausência de justificativa demonstrando a adequação entre o consumo estimado e a quantidade de OPMEs prevista, em violação ao disposto no art. 15, § 7º, inciso II, da Lei federal n.º 8.666/1993, e no art. 2º, parágrafo único, inciso II, da Lei federal n.º 9.784/1999; b) 07-D (§ 98): impropriedade relativa à aquisições de OPMEs desvinculadas do consumo estimado, em violação ao art. 15, § 7º, inciso II, da Lei federal n.º 8.666/1993; c) 14-B (§ 228): impropriedade relativa à ausência de instauração de procedimentos administrativos em face de licitantes não honraram suas propostas, em violação ao art. 7º da Lei federal n.º 10.520/2002; d) 14-D (§ 287): impropriedade relativa à ausência de comprovação de vantajosidade na adesão à ata de registro de preços, em violação ao art. 4º, inciso VII, do Decreto distrital n.º 33.662/2012; e) 14-F (§ 288): impropriedade relativa à aquisição de 40% dos quantitativos registrados na ARP de uma só vez, sem comprovação de adequação ao consumo estimado (Lei federal n.º 8.666/1993, art. 15, §7º, inciso II); VIII – determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que promova a instauração de tomada de contas especial para apuração de prejuízo e identificação dos responsáveis, em relação às seguintes irregularidades: a) recebimento de produto com prazo de validade vencido (Achado 2); b) não localização, no decorrer da fiscalização, de órteses, próteses e materiais especiais discriminadas nas Tabelas 25 a 33 do Relatório Final (Achado 8); IX – recomendar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal que, no uso de suas competências, reveja os atos normativos relativos a pesquisas de preços para contratações públicas, para garantir maior adequação do valor de referência, estabelecendo que a cotação junto a empresas fornecedoras ocorra apenas de modo residual e com a devida motivação, quando não houver outras fontes de pesquisa (Achado 5); X – recomendar ao Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação desta Corte de Contas que realize fiscalização, tendo por objeto os sistemas de Tecnologia da Informação da SES/DF (sistemas informatizados de administração hospitalar – TrakCare e de administração de materiais – Alphasinc), visando apontar falhas e oportunidades de melhoria para as funcionalidades pretendidas nas soluções de TI (Achado 11); XI – autorizar a remessa de cópia do Relatório Final de Auditoria n.º 1000815/2015-DIAUD2, do relatório/voto do Relator e desta decisão: a) ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos da Decisão Administrativa n.º 06/2006, para adoção das providências que entender pertinentes em razão dos indícios de afronta às disposições da Lei n.º 8.666/1993 no Achado de Auditoria 3 e no Achado de Auditoria 6; b) ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça, para adoção das providências que entender pertinentes em razão dos indícios de afronta às disposições da Lei n.º 8.666/1993 no Achado de Auditoria 3, a teor da disposições do art. 36, § 3º, inciso I, “d”, da Lei federal n.º 12.529/2011; c) à Secretaria de Contas deste Tribunal, para fins de avaliação da repercussão das falhas apontadas no Relatório Final de Auditoria n.º 1000815/2015-DIAUD2 nas Contas Anuais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, relativas aos exercícios financeiros de 2013 e 2014; XII – dar ciência do Relatório Final de Auditoria n.º 1000815/2015-DIAUD2, do parecer do*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Ministério Público junto à Corte e desta decisão: a) à Câmara Legislativa do Distrito Federal; b) ao Chefe do Poder Executivo local; c) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; d) à Controladoria-Geral do Distrito Federal; e) à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, f) ao Conselho de Saúde do Distrito Federal; g) ao Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal; h) à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); i) aos representantes legais das empresas Biotronik Comercial Médica Ltda., Boston Scientific do Brasil Ltda., St. Jude Medical Brasil Ltda., Medtronic Comercial Ltda. e Infinity Medical 2002 Ltda.; XIII – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria/TCDF, para adoção das providências cabíveis”.

Diante das determinações e recomendações constantes do referido *decisum*, foram remetidas informações quanto às providências adotadas para atender ao deliberado por esta Corte.

Assim, esta etapa processual cuida da análise do **cumprimento das diligências insertas na Decisão n.º 6.048/2015**.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A 2ª Divisão de Auditoria, após contextualizar o feito, manifestou-se por meio da Informação n.º 28/2016-Diaud2 (e-DOC 65DFED92-e), tendo concluído da seguinte maneira:

“VII. Conclusão

104. O Tribunal, por meio da Decisão nº 6.048/2015, com fundamento em fiscalização efetuada com o objetivo de examinar a regularidade da aquisição, armazenamento e dispensação de OPMEs pela Secretaria de Estado de Saúde do DF, ordenou medidas a serem implementadas de forma imediata e outras que deveriam ser objeto de Plano de Ação.

105. O exame de informações e documentos encaminhados demonstra a necessidade de revisão de diversas medidas elencadas no Plano de Ação encaminhado pela SES-DF, uma vez que algumas das providências citadas resumem-se a uma outorga de competência a uma comissão sequer criada, e outras ações apresentadas não passam do encaminhamento de ofício às áreas competentes. Por conseguinte, constatou-se que há necessidade de a Secretaria obter, junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca de cada ação a ser implementada e o respectivo tempo necessário à execução.

106. Verificou-se, ainda, que alguns itens da Decisão não foram cumpridos pela SES-DF no prazo concedido, portanto, devem ser reiterados para atendimento imediato, alertando-se os responsáveis para o disposto no art. 57, IV e VII da LOTCDF.

107. Outras determinações e recomendações, por sua natureza, serão objeto de verificação em sede de monitoramento a ser autorizado pela Corte. Ressalte-se que, com a autorização do monitoramento, poderão ser acompanhadas as medidas de implementação imediata, as ações do Plano de Ação executadas e em andamento, além de se viabilizar supervisão ou orientação dos procedimentos de revisão de alguns itens do Plano de Ação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

108. Por derradeiro, no tocante ao Ofício nº 317/2016-MPC/PG, concorda-se com o Parquet no sentido de as fraudes para compras de OPMEs em São Paulo reforçarem as suspeitas de irregularidades em dispensas de licitação no DF, mas se diverge quanto à necessidade de desapensação do processo nº 12.165/2015-e e realização de nova inspeção, propondo-se expedição de ofício aos órgãos federais responsáveis por investigações criminais e pela instrução processual penal, os quais dispõem, **diante do caso concreto**, de meios mais eficazes e efetivos de apuração” (grifos originais).

Diante disso, a área instrutiva lançou as seguintes sugestões ao e. Plenário:

“I. tomar conhecimento:

- a) da presente Informação;
- b) do Ofício 1426/2016-GAB/SES e documentos anexos (e-DOC A4FB1970-c)
- c) do Ofício nº 317/2016-MPC/PG (e-DOC 446C9EFB-e).

II. considerar atendidos os itens “VI” e “VIII” da Decisão nº 6.048/2015;

III. considerar não atendidos os itens “IV.a”, “IV.b”, “IV.c”, “IV.d”, “IV.f”, “IV.j”, “IV.k”, “IV.l”, “IV.m” e “IV.n” da Decisão nº 6.048/2015;

IV. determinar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à revisão das medidas elencadas no Plano de Ação enviado para atendimento dos itens “V.h”, “V.i”, “V.k”, “V.l”, “V.m”, “V.n”, “V.o”, “V.r” e “V.s” da Decisão nº 6.048/2015 de forma a obter, junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca de ações concretas a serem implementadas, os respectivos prazos de execução e o setor responsável;

V. reiterar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal as determinações constantes dos itens “IV.a”, “IV.b”, “IV.c”, “IV.d”, “IV.f”, “IV.j”, “IV.k”, “IV.l”, “IV.m” e “IV.n” da Decisão nº 6.048/2015, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, e alertar-lhe quanto ao disposto no art. 57, VII, da Lei Complementar Distrital nº 01/94;

VI. determinar ao titular da Corregedoria da Saúde da SES/DF que cumpra, imediatamente, o item “IV.d” da Decisão 6.048/2015, qual seja, instaure procedimento administrativo com a finalidade de apurar os fatos descritos no Achado 3 do relatório de auditoria, e dê conhecimento ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, das providências adotadas, alertando-o quanto ao disposto no art. 57, IV, da Lei Complementar Distrital nº 01/94;

VII. alertar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que a efetiva implementação das medidas informadas para atendimento da Decisão nº 6.048/2015 será objeto de verificação in loco em sede de monitoramento;

VIII. alertar ao titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal que a efetividade das



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

medidas informadas para atendimento do item “IX” da Decisão nº 6.048/2015 será objeto de verificação em sede de monitoramento;

IX. autorizar:

- a) o monitoramento pela Secretaria de Auditoria das medidas adotadas para cumprimento da Decisão nº 6.048/2015;*
- b) o encaminhamento de cópias desta Informação, do Voto e da Decisão a ser proferida aos titulares da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e da Corregedoria da Saúde;*
- c) o encaminhamento de cópia do Ofício nº 317/2016-MPC/PG, desta Informação, do Voto e da Decisão a ser proferida à Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal e à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;*
- d) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para os procedimentos pertinentes” (grifos originais).*

Registro que as sugestões consignadas na instrução mereceram a concordância dos dirigentes da Secretaria de Auditoria – Seaud/TCDF (e-DOC 65DFED92-e e 4FDDD53D-e).

No dia 05.09.2016, o Comitê de Controle de Qualidade das Auditorias do TCDF – CCQA juntou aos autos o documento de e-DOC D8CE06E1-e, certificando que a auditoria conduzida neste feito foi avaliada em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 247/2016-TCDF.

Posteriormente, mediante os Despachos Singulares n.ºs 467/2016-GCIM (e-DOC CDD716C6-e) e 468/2016-GCIM (e-DOC 911012C0-e), deferi os pedidos de fornecimento de cópia dos autos, respectivamente, à empresa Biotronik Comercial Médica Ltda e à Sra. Tyara Kropf Barbosa (Presidente da TCE).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL

O Ministério Público que atua junto a este Tribunal – MPJTCDF, nos termos lançados no Parecer n.º 880/2016-MF (e-DOC CED87387-e), após empreender breve relato dos fatos, manifestou-se nos seguintes termos:

“5. Conforme ressaltado na análise empreendida pelo órgão técnico, muitas das determinações contidas na Decisão nº 6048/2015 deixaram de ser cumpridas e/ou foram insatisfatoriamente atendidas, limitando-se a SES, em muitos dos casos, a formulação de portarias ou comissões, várias das quais sequer chegaram a ser publicadas.

*6. Nesse sentido, a leniência da SES em efetivamente adotar procedimentos saneadores das irregularidades apontadas, determinados pelo e. Tribunal, suscitam, ao ver do Parquet, o **imediato chamamento** dos responsáveis com vistas a aplicação de multas pelo descumprimento injustificado de determinações plenárias.*

7. No que diz respeito ao requerimento do MPC, contido no Ofício nº 317/2016-MPC/PG (peça 161), para que fosse desentranhado dos autos o Processo nº 12.165/2015-e de modo que a questão das fraudes relacionadas à aquisição de neuroestimuladores seja ali



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

apurada nos termos da Decisão nº 3879/2014 (Ofício nº 83/2014-CF), com as devidas vênias, o Parquet diverge do entendimento do órgão técnico de que a fiscalização sobre o assunto estaria exaurida ante o fato de que as várias dispensas havidas para aquisição desses neuroestimuladores decorreram de determinações judiciais e que no âmbito da competência fiscalizatória do TCDF não se disporia dos recursos investigativos da polícia que levaram, no estado de São Paulo, ao descortino de fraudes milionárias na compra desses equipamentos no Hospital das Clínicas de São Paulo junto à empresa Dabasons Importação Exportação e Comércio Ltda.

8. Tanto a abordagem da auditoria a esse respeito se deu de forma geral, que dela decorreram somente recomendações, e para o futuro.

*9. Os questionamentos do MPC no Ofício nº 317/2016-MPC/PG não se limitam às justificativas pelas muitas aquisições feitas sob dispensa de licitação, **mas a esse fato conjugado à análise da regularidade das quantidades e preços envolvidos** (além de outros questionamento pontuais contidos no Ofício), mormente em face da ocorrência das fraudes milionárias na compra desses neuroestimuladores, amplamente divulgada na mídia.*

10. Não se trata de pretender que o órgão técnico investigue essas aquisições nos moldes realizados nas apurações policiais que trouxeram à tona essas fraudes, mas requer-se que o órgão técnico apure essas aquisições de modo a atender os questionamentos do Parquet contidos no referido Ofício, especificamente quanto à aquisição de neuroestimuladores.

11. Ressalta-se que esse procedimento de analisar questões específicas/pontuais em processos apartados vem sendo adotado pela c. Corte nestes autos, a exemplo do item III da Decisão nº 6048/2015 ('III – autorizar a desapensação do Processo n.º 8.580/2015-e dos autos em exame, em decorrência dos fatos consignados na Representação n.º 4/2015-MF não haverem integrado os trabalhos de auditoria e achados do Relatório Final de Auditoria n.º 1000815/2015-DIAUD2, com posterior remessa ao relator daqueles autos, para apreciação da proposta do Ministério Público junto à Corte no que pertine a eventual expedição de determinação à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, objetivando a instauração de tomada de contas especial para apurar as irregularidades e o possível sobrepreço apontados na Representação n.º 4/2015-MF'), e do item VII dessa mesma Decisão (análise de defesas em relação a irregularidades evidenciadas na auditoria, com vistas à aplicação de multas).

12. Reitera-se, pois, o requerimento do MPC contido no Ofício nº 317/2016-MPC/PG a seguir transcrito, sem embargo dos encaminhamentos da matéria propostos pelo órgão técnico para a Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal e para a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal:

'Tudo isso, aliado à recente operação da Polícia Federal, justifica o desentranhamento dos autos 12.165/2015e do Processo 3.848/2015e,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

para que a questão seja apurada nos termos da Decisão 3879/2014 (Ofício 83/2014-CF), bem como, se os fatos ocorridos nas fraudes detectadas em SP em relação a essa empresa, não se repetiram na SES/DF. Ademais, a alínea 'c' do item IV da Decisão 3879/2014 não restou atendida.

Nesse contexto, mostra-se atual e necessário o desenranhamento do Processo, para que haja uma completa e efetiva fiscalização quanto às compras realizadas no período de 2013 e 2014 por meio de dispensa de licitação, atentando para os fatos aqui elencados e aqueles que foram levantados na operação da Polícia Federal.'

13. Registra-se que as audiências determinadas no item IV da Decisão nº 6048/15 serão analisadas no Processo nº 38253/2015-e autuado para esse fim e que a TCE determinada no item VIII da Decisão nº 6048/2015 é objeto do Processo nº 4092/16.

14. Nesses termos, o MPC, com as devidas vênias, diverge parcialmente do entendimento do órgão técnico e pugna pelo acolhimento das seguintes sugestões pelo e. Plenário:

- I. tomar conhecimento:*
 - a) do Ofício 1426/2016-GAB/SES e documentos anexos (e-DOC A4FB1970-c)*
 - b) do Ofício nº 317/2016-MPC/PG (e-DOC 446C9EFB-e).*
- II. considerar atendidos os itens "VI" e "VIII" da Decisão nº 6.048/2015;*
- III. considerar não atendidos os itens "IV.a", "IV.b", "IV.c", "IV.d", "IV.f", "IV.j", "IV.k", "IV.l", "IV.m" e "IV.n" da Decisão nº 6.048/2015;*
- IV. determinar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à revisão das medidas elencadas no Plano de Ação enviado para atendimento dos itens "V.h", "V.i", "V.k", "V.l", "V.m", "V.n", "V.o", "V.r" e "V.s" da Decisão nº 6.048/2015 de forma a obter, junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca de ações concretas a serem implementadas, os respectivos prazos de execução e o setor responsável;*
- V. reiterar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal as determinações constantes dos itens "IV.a", "IV.b", "IV.c", "IV.d", "IV.f", "IV.j", "IV.k", "IV.l", "IV.m" e "IV.n" da Decisão nº 6.048/2015, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias;*
- VI. determinar ao titular da Corregedoria da Saúde da SES/DF que cumpra, imediatamente, o item "IV.d" da Decisão 6.048/2015, qual seja, instaure procedimento administrativo com a finalidade de apurar os fatos descritos no Achado 3 do relatório de auditoria, e dê conhecimento ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, das providências adotadas;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- VII. *determinar a audiência do titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal com vistas à aplicação da multa prevista no art. 57, IV, da LC nº 1/94, diante do não cumprimento das determinações constantes dos itens IV.a”, “IV.b”, “IV.c”, “IV.d”, “IV.f”, “IV.j”, “IV.k”, “IV.l”, “IV.m” e “IV.n” da Decisão nº 6.048/2015, autuando-se processo apartado para a respectiva análise de defesa;*
- VIII. *determinar o desentranhamento do Processo nº 12.165/2015-e, para que haja uma completa e efetiva fiscalização quanto à regularidade das quantidades e preços envolvidos nas compras realizadas no período de 2013 e 2014 por meio de dispensa de licitação, atentando para os fatos elencados no Ofício nº 317/2016-MPC/PG e aqueles que foram levantados na operação da Polícia Federal, mormente em face da ocorrência das fraudes milionárias na compra desses neuroestimuladores, amplamente divulgada na mídia;*
- IX. *alertar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que a efetiva implementação das medidas informadas para atendimento da Decisão nº 6.048/2015 será objeto de verificação in loco em sede de monitoramento;*
- X. *alertar ao titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal que a efetividade das medidas informadas para atendimento do item “IX” da Decisão nº 6.048/2015 será objeto de verificação em sede de monitoramento;*
- XI. *autorizar:*
 - a) *o monitoramento pela Secretaria de Auditoria das medidas adotadas para cumprimento da Decisão nº 6.048/2015;*
 - b) *o encaminhamento de cópias desta Informação, do Voto e da Decisão a ser proferida aos titulares da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e da Corregedoria da Saúde;*
 - c) *o encaminhamento de cópia do Ofício nº 317/2016-MPC/PG, desta Informação, do Voto e da Decisão a ser proferida à Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal e à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;*
 - d) *o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para os procedimentos pertinentes” (grifos originais).*

Por meio do expediente de e-DOC 176EBE8F-c, protocolado nesta Corte de Contas em 21.10.2016, o representante legal da empresa Boston Scientific do Brasil Ltda. requereu vista dos autos para extração de cópias.

Nessa mesma data, a mencionada sociedade empresária, por intermédio do documento de e-DOC 851C1CD1-c, solicitou o adiamento da sessão de julgamento do presente processo, “*tendo em vista a impossibilidade de acesso*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

aos autos, não tendo, portanto, tempo hábil para fim de preparação de sustentação oral”.

Em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mediante o Despacho Singular n.º 514/2016-GCIM, deferi o fornecimento de vista dos autos para extração de cópias ao requerente, nos termos previstos no art. 200 do RI/TCDF, c/c o deliberado pelo Colegiado na Ata da Sessão Ordinária n.º 4.475, de 29.11.2011.

Adicionalmente, informei ao requerente a retirada do presente feito da pauta de julgamento da sessão plenária do dia 27.10.2016, que constou do Extrato de Pauta n.º 78/2016, publicado no DODF do dia 24.10.2016, esclarecendo à sociedade empresária que a nova data de julgamento destes autos iria constar publicada em extrato de pauta específico no órgão de imprensa oficial do Distrito Federal, a teor das disposições da Resolução n.º 161/2003-TCDF.

Posteriormente, mediante o Despacho n.º 159/2016-Seaud (e-DOC 036FEEDD-e), a área instrutiva noticiou a juntada aos autos do Ofício n.º 503/2016-DECAP (e-DOC FA1A4C4F-c), para conhecimento, no qual a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF informa a instauração de inquérito policial para apurar possíveis ilícitos penais *“na aquisição, armazenamento e dispensação de OPMEs (órteses, próteses e materiais especiais) no âmbito da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal, com base no relatório final de auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, objeto do processo n.º 3.848/15”*.

Finalmente, no dia 17.11.2016, estando os presentes autos pautados para julgamento em Plenário, o representante legal da empresa Boston Scientific do Brasil Ltda., Dr. Ricardo Pagliari Levy, OAB/SP 155.566, solicitou a realização de sustentação oral de defesa, com fulcro na Emenda Regimental n.º 21, de 04.09.2007.

Após manifestação oral do interessado, o *“Tribunal, por unanimidade, aprovou solicitação do Relator, no sentido de que fosse adiada a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao seu gabinete, à vista dos argumentos apresentados pelo defendente”*, nos termos da **Decisão n.º 5.802/2016** (e-DOC B3A82E73-e).

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

VOTO

Os presentes autos contemplam fiscalização desta Corte de Contas abrangendo o exame da regularidade da aquisição, armazenamento e dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs) pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Nesta etapa processual, examina-se o **cumprimento das diligências insertas na Decisão n.º 6.048/2015**, proferidas por este Tribunal em decorrência das irregularidades sintetizadas na Matriz de Achados de e-DOC D48BE2AC-e, no intuito de propor a adoção de medidas que permitam uma melhor alocação dos recursos destinados à SES/DF, a partir de aquisições mais céleres, condizentes com as necessidades e prioridades da população e a preços justos, de forma a maximizar o controle e faturamento das OPMEs adquiridas e consumidas.

Por meio da Informação n.º 28/2016-Diaud2, a unidade instrutiva concluiu que *“O exame de informações e documentos encaminhados demonstra a necessidade de revisão de diversas medidas elencadas no Plano de Ação encaminhado pela SES-DF, uma vez que algumas das providências citadas resumem-se a uma outorga de competência a uma comissão sequer criada, e outras ações apresentadas não passam do encaminhamento de ofício às áreas competentes”*.

Diante disso, a Seaud/TCDF considerou necessário determinar à jurisdicionada que revise o Plano de Ação, de modo a obter, junto aos setores diretamente envolvidos com as medidas propostas, informações detalhadas acerca de cada ação a ser implementada e o respectivo tempo necessário para execução.

O corpo instrutivo ressaltou, ainda, que, embora os itens VI e VIII da Decisão n.º 6.048/2015 tenham sido cumpridos, algumas diligências insertas no item IV daquela decisão não foram atendidas, ensejando que sejam reiteradas, devendo a SES/DF dar conhecimento ao Tribunal quanto ao cumprimento da determinação no prazo de 60 (sessenta) dias, com alerta aos responsáveis quanto à possibilidade da aplicação das multas previstas na Lei Orgânica do TCDF.

A Secretaria de Auditoria propôs, também, que se determine ao titular da Corregedoria de Saúde da SES/DF o cumprimento imediato do disposto no item IV-d do *decisum* supramencionado, relativo à instauração de procedimento administrativo com a finalidade de apurar os fatos descritos no Achado 3¹ do Relatório de Auditoria, dando notícia a esta Corte no prazo de 60 (sessenta) dias, alertando-o quanto à sanção a que alude o inciso IV, do art. 57, da Lei Complementar n.º 01/1994.

Além disso, a equipe de auditoria sugeriu que a Corte autorize o monitoramento, pela Secretaria de Auditoria do TCDF, das medidas adotadas para dar cumprimento à Decisão n.º 6.048/2015, com alerta aos gestores quanto à adoção dessa medida pelo corpo instrutivo.

Por meio do Ofício n.º 317/2016-MPC/PG, após relatar resultado de recente operação da Polícia Federal no estado de São Paulo envolvendo o tema

¹ Aquisições de OPMEs desvinculadas do consumo estimado e irregularidades na entrega de materiais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

tratado no Processo n.º 12.165/2015-e², quanto a indícios de irregularidades envolvendo a aquisição de neuroestimuladores da empresa Dabasons Importacao Exportacao e Comercio Ltda. pela SES/DF nos anos de 2013 e 2014, o Ministério Público de Contas solicitou o desentranhamento daqueles autos do presente feito.

Em relação a essa questão, a área instrutiva arguiu, em síntese, que *“os desvios de conduta penalmente censuráveis ocorridos em São Paulo não poderiam ser descobertos sem a utilização dos mais invasivos meios investigatórios, reservados pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional aos órgãos de persecução penal”*, concluindo que *“a desapensação do processo n.º 12.165/2015-e e eventual nova fiscalização realizada para apurar os fatos apontados pelo MPC em relação às compras de neuroestimuladores redundariam nos mesmos resultados já apresentados no Relatório Final de Auditoria”*.

Em decorrência disso, o corpo instrutivo sugeriu o encaminhamento do Ofício n.º 317/2016-MPC/PG à Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal e à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, setor responsável pelo combate à corrupção no Ministério Público da União.

Destaco que o MPjTCDF opinou de forma parcialmente convergente com a instrução, nos termos do Parecer n.º 880/2016-MF.

A i. Procuradora Márcia Farias dissentiu das propostas da Seaud/TCDF especificamente para opinar pelo desentranhamento do Processo n.º 12.165/2015-e, *“para que haja uma completa e efetiva fiscalização quanto à regularidade das quantidades e preços envolvidos nas compras realizadas no período de 2013 e 2014 por meio de dispensa de licitação, atentando para os fatos elencados no Ofício n.º 317/2016-MPC/PG e aqueles que foram levantados na operação da Polícia Federal, mormente em face da ocorrência das fraudes milionárias na compra desses neuroestimuladores, amplamente divulgada na mídia”*, tendo pugnado, ainda, pela audiência do titular da SES/DF em razão do não-cumprimento de determinações do item IV da Decisão n.º 6.048/2015.

Após compulsar o feito, constatei que todas as questões atinentes ao disposto na Decisão n.º 6.048/2015 foram devidamente tratadas na instrução e no parecer ministerial, de modo que o meu posicionamento se alinha ao proposto pela Seaud/TCDF e pelo Ministério Público de Contas no que se refere à necessidade de reiterar à SES/DF as diligências ainda pendentes de atendimento, para que se alcance os resultados esperados advindos do minudente trabalho de auditoria, já referendado pela Corte na fase processual pretérita, e de que se revise o Plano de Ação, no intuito de obter informações detalhadas acerca de cada ação a ser implementada e o respectivo tempo necessário à execução.

Contudo, a meu sentir, considerando que inicialmente foi dado prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento do item IV da Decisão n.º 6.048/2015, e que já se passaram mais de 10 (dez) meses da prolação da citada decisão, deve o Plenário reiterar as diligências para atendimento no prazo de máximo de 30 (trinta) dias, e não 60 (sessenta) dias, como aventado nos pareceres.

Nesse mesmo sentido, tendo em vista a necessidade de implementação imediata do disposto no item IV-d da Decisão n.º 6.048/2015,

² Autuado em atenção ao item IV-c da Decisão n.º 3.879/2014: *“IV – autorizar: (...) c) o processamento do Ofício n.º 83/2014 – CF em autos apartados e a realização de inspeção, caso necessário.”*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

mostra-se mais adequado que a jurisdicionada informe a esta Corte sobre o resultado das medidas adotadas, no prazo de 15 (quinze) dias, e não 60 (sessenta) dias, como sugerido pela área instrutiva.

Diante disso, tenho por pertinente, também, que o Tribunal alerte aos gestores responsáveis quanto à possibilidade de aplicação das multas previstas nos incisos IV e VII, do art. 57, da Lei Complementar n.º 01/1994, no caso de descumprimento das determinações, dispensando, neste momento processual, a proposta do MPJTCD/DF para que se faça a audiência do titular da Pasta de Estado da Saúde.

Sobre o ponto de divergência entre os órgãos instrutivo e ministerial, entendo que assiste razão ao *Parquet* especial. Observei que, de fato, o trabalho de auditoria não adentrou à análise da regularidade das contratações havidas pela SES/DF no período de 2013 e 2014, para compra de neuroestimuladores sem licitação, em especial quanto à adequação dos preços praticados e da observância do rito procedimental que disciplina a Lei n.º 8.666/1993 em seu art. 26³.

Insta salientar, ainda, que o Órgão Ministerial ofereceu, por meio do Ofício n.º 480/2016-MPC/PG, aditamento ao Ofício n.º 317/2016-MPC/PG, encaminhando cópia do Ofício n.º 108/2016-SULIS/SES/DF, bem como dos processos relativos à aquisição de neuroestimuladores da empresa Dabasons Importação Exportação e Comércio Ltda. pela Secretaria de Saúde, tendo a i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira reportado que “*da análise dos autos recebidos pelo MPC/DF exsurtem diversos questionamentos quanto ao direcionamento para a compra dos produtos da empresa DABASONS que pode ser melhor esclarecido pelo CT deste Tribunal*”.

Assim, considerando que tal verificação requer procedimentos de fiscalização específicos e possui extensão e objetivos diversos do delimitado no escopo da auditoria levada a efeito nestes autos, faz-se necessário, nos termos do demandado pelo MPJTCD/DF, que seja determinado o desentranhamento do Processo n.º 12.165/2015-e, para apuração dos fatos reportados nos Ofícios n.ºs 83/2014-CF, 317/2016-MPC/PG e 480/2016-MPC/PG, em atenção ao disposto no item IV-c da Decisão n.º 3.879/2014.

Não obstante, tenho por oportuna a remessa da instrução, dos mencionados ofícios e da decisão a ser proferida à Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal e à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes do sugerido pela área instrutiva e pelo MPC/DF, ressaltando que, nos termos do Ofício n.º 503/2016-DECAP (e-DOC FA1A4C4F-c), a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF já instaurou inquérito policial para apurar possíveis ilícitos penais no âmbito da SES/DF, tendo por base a auditoria em tela.

³ Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005\)](#)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Ademais, deve a Corte autorizar, desde já, o monitoramento das medidas adotadas para dar fiel cumprimento à Decisão n.º 6.048/2015, lembrando que tal ação encontra guarida no disposto no item VII do Manual de Auditoria do TCDF, sem a necessidade de emissão de alerta específico aos gestores quanto à adoção dessa medida.

Ressalto, porém, que, por tratar de recomendação de caráter geral à Seplag/DF, envolvendo a melhoria da sistemática de pesquisas de preços para as diversas contratações públicas distritais, penso que o monitoramento das medidas adotadas para cumprimento do item IX da Decisão n.º 6.048/2015⁴ deve ser realizado, em autos apartados, pela Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, unidade que costumeiramente atua no âmbito desta Corte no exame de editais de licitações, nos termos da Resolução n.º 289/2016-TCDF.

Frisa-se que um dos benefícios do monitoramento é a tempestividade da atuação do Tribunal, que poderá acompanhar as ações desenvolvidas pelas jurisdicionadas e agir no intuito de alinhar as medidas adotadas com as esperadas pela Corte, materializadas no Relatório de Auditoria e nas normas legais aplicáveis à espécie, em atendimento ao interesse público. Para tanto, o corpo instrutivo deverá acompanhar a implementação gradual das medidas.

Registro, ainda, que as audiências determinadas no item VII da Decisão n.º 6.048/15 serão analisadas no Processo n.º 38.253/2015-e e que a TCE determinada no item VIII do mesmo *decisum* é objeto do Processo n.º 4.092/16.

Por fim, esclareço que os argumentos trazidos pelo representante legal da empresa Boston Scientific do Brasil Ltda. durante a sustentação oral realizada na Sessão Ordinária n.º 4.913, de 17.11.2016, não têm o condão de alterar o encaminhamento ora proposto.

Ante o exposto, em harmonia parcial com a unidade instrutiva e com o *Parquet* especial, com os ajustes e acréscimos que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

- I. tome conhecimento:
 - a) do Ofício n.º 1.426/2016-GAB/SES e seus anexos (e-DOC A4FB1970-c);
 - b) do Ofício n.º 317/2016-MPC/PG, da lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (e-DOC 446C9EFB-e);
 - c) da Informação n.º 28/2016-Diaud2 (e-DOC 65DFED92-e);
 - d) do Parecer n.º 880/2016-MF (e-DOC CED87387-e);
- II. considere:
 - a) cumpridos os itens VI e VIII da Decisão n.º 6.048/2015;
 - b) não atendidos os itens IV-a, IV-b, IV-c, IV-d, IV-f, IV-j, IV-k, IV-l, IV-m e IV-n do mesmo *decisum*;

⁴ IX – recomendar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal que, no uso de suas competências, reveja os atos normativos relativos a pesquisas de preços para contratações públicas, para garantir maior adequação do valor de referência, estabelecendo que a cotação junto a empresas fornecedoras ocorra apenas de modo residual e com a devida motivação, quando não houver outras fontes de pesquisa (Achado 5);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- III. determine à Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF que proceda a revisão das medidas elencadas no Plano de Ação enviado para atendimento dos itens V-h, V-i, V-k, V-l, V-m, V-n, V-o, V-r e V-s da Decisão n.º 6.048/2015, de forma a remeter ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, informações detalhadas acerca das ações concretas a serem implementadas, os respectivos prazos de execução e os setores responsáveis por cada medida;
- IV. reitere à SES/DF as diligências constantes dos itens IV-a, IV-b, IV-c, IV-f, IV-j, IV-k, IV-l, IV-m e IV-n da Decisão n.º 6.048/2015, devendo a jurisdicionada dar conhecimento ao Tribunal do cumprimento das determinações no prazo de 30 (trinta) dias, mediante o envio de documentação comprobatória das medidas adotadas, alertando ao gestor quanto à possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso VII, do art. 57, da Lei Complementar n.º 01/1994;
- V. determine ao titular da Corregedoria da Saúde da SES/DF que dê fiel cumprimento ao item IV-d da Decisão 6.048/2015, referente à instauração de procedimento administrativo com a finalidade de apurar os fatos descritos no Achado 3 do Relatório de Auditoria, dando ciência a esta Corte sobre as providências adotadas, no prazo de 15 (quize) dias, mediante o envio de documentação comprobatória, alertando ao gestor quanto à possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso IV, do art. 57, da LO/TCDF;
- VI. determine o desentranhamento do Processo n.º 12.165/2015-e, para apuração dos fatos reportados nos Ofícios n.ºs 83/2014-CF, 317/2016-MPC/PG e 480/2016-MPC/PG, e em seus respectivos anexos, em especial quanto à adequação dos preços praticados e quanto à observância do rito procedimental que disciplina a Lei n.º 8.666/93 em seu art. 26, nas contratações havidas pela SES/DF no período de 2013 e 2014, para compra de neuroestimuladores sem licitação, em atenção ao disposto no item IV-c da Decisão n.º 3.879/2014;
- VII. determine à Seacomp/TCDF que proceda, em autos apartados, o monitoramento necessário para acompanhar a implantação gradual das medidas adotadas e certificar o efetivo atendimento da diligência inserta no item IX da Decisão n.º 6.048/2015, nos termos do item VII do Manual de Auditoria deste Tribunal;
- VIII. autorize:
 - a) o envio de cópia da instrução, deste relatório/voto e da decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde, ao titular da Corregedoria da Saúde da SES/DF e à Seacomp/TCDF para subsidiar o cumprimento dos itens III, IV, V e VII;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- b) o encaminhamento de cópia da Informação n.º 28/2016-Diaud2, dos Ofícios n.ºs 83/2014-CF, 317/2016-MPC/PG e 480/2016-MPC/PG, e de sus respectivos anexos, deste relatório/voto e da decisão a ser adotada à Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal e à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;
- c) à Seaud/TCDF que proceda ao monitoramento necessário para acompanhar a implantação gradual das medidas adotadas pelas jurisdicionadas e certificar o efetivo atendimento das recomendações e determinações insertas na Decisão n.º 6.048/2015, observado o disposto no item VII;
- d) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria/TCDF, para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2016.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator